

# Comissão Mista vota hoje parecer sobre orçamento

CORREIO BRAZILIENSE  
8 OUT 1991

O parecer preliminar do deputado João Alves (PFL/SE) sobre o Orçamento Geral da União (OGU) para 1992 será votado hoje, às 10h30, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. A votação, que seria realizada ontem, foi adiada a pedido dos parlamentares, para que as lideranças cheguem a um acordo prévio sobre a ampliação dos limites percentuais a serem alterados no orçamento. O parecer de João Alves estabelece que só podem ser alteradas as verbas até um por cento para custeio e até dois por cento para investimentos, do montante global.

As lideranças partidárias vão discutir o orçamento para 1992 — que prevê gastos de Cr\$ 51,3 trilhões e que já recebeu 74 mil emendas de parlamentares. O parecer preliminar, depois de aprovado pelo plenário da Comissão Mista de Orçamento, estabelecerá parâmetros que, obrigatoriamente, deverão orientar e condicionar os trabalhos dos relatores parciais ou setoriais na elaboração de seus pareceres, inclusive quanto à apreciação de emendas.

“Sem entendimento, somos obrigados a adiar a votação do parecer”, afirmou o líder do PMDB, Genebaldo Corrêa (BA),

que durante toda a tarde de ontem tentou, em vão, reunir as lideranças em seu gabinete para discutir o parecer preliminar do deputado João Alves sobre o orçamento. Poucos parlamentares compareceram ao encontro, e o acordo não foi possível. Segundo Genebaldo, o que se quer, a princípio, é ampliar os limites percentuais para modificação do orçamento. “O PMDB, por exemplo, quer modificar em até três por cento as verbas para custeio e em 50 por cento as verbas para investimentos”, explicou.

Para o presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), também causam polêmica os Cr\$ 500 bilhões destinados à construção dos Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs). Ele não considera, entretanto, que isso possa interferir na tramitação do orçamento no Congresso. “O que acontece é que muitos partidos não entendem por que o Executivo quer destinar esta verba ao ensino básico, quando isso não é uma atribuição federal. O Governo diz que o caixa da União está quebrado. Se o Tesouro está quebrado, o melhor caminho é cortar gastos, transferindo para os estados e municípios as atribuições”, afirmou.